



VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública

ISSN: 2594-5688

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

AÇÃO EMPREENDEDORAUM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA

**MARINA BASTOS SOARES, DANIELA MEIRELLES ANDRADE, CAMILA ASSIS, MARCELLA DE
ABREU GODINHO**

GT 6 INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NO SETOR PÚBLICO

VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública, Brasília/DF, 3 a 5 de novembro de 2021.
Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

ACÇÃO EMPREENDEDORA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA

RESUMO

O objetivo da pesquisa é identificar uma ação presente em uma cooperativa que pode ser analisada a partir da teoria da ação empreendedora. Essa cooperativa está localizada na zona da mata mineira. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Para a análise de conteúdo utilizou-se as seguintes categorias: *tensão institucional, lógica institucional, criatividade, inovação, liberdade e resultado social*. A ação analisada sob a ótica da ação empreendedora foi o sistema bilíngue, pois o mesmo surgiu a partir da presença de inúmeros atores para a resolução de um problema. Concluiu-se que esse contexto social é acentuado em ambientes cooperativos, visto que o mesmo tem como princípio a liberdade e a interação social, o que auxilia na construção de resultados sociais.

Palavras-chave: sistema bilíngue; lógica e tensão institucional; criatividade; resultado social; análise de conteúdo.

1.INTRODUÇÃO:

Atualmente, pode-se compreender o empreendedorismo em aspectos multidisciplinares, que englobam a capacidade do indivíduo de criar e desenvolver oportunidades, fazendo o uso de vivências em um mundo provido de incertezas (MACHADO; NASSIF, 2014).

Diante disso, a discussão sobre o tema se deu em diversas esferas, quais sejam: o empreendedorismo privado, o social, o privado, o público e o intraempreendedorismo (FEGER et al., 2008). Ademais, o estudo do empreendedorismo pode ser compreendido em perspectivas distintas, por meio do perfil do indivíduo empreendedor e do processo empreendedor, além da ação empreendedora.

O foco deste trabalho será o empreendedorismo social, no qual o processo empreendedor tem como princípio básico a promoção do valor social, que altera a realidade diante dos problemas sociais (GAIOTTO, 2016). A cooperativa é uma forma de empreendedorismo social, visto o seu interesse pela comunidade, com a finalidade de gerar impacto social (COOP, 2019).

A cooperativa escolar analisada foi fundada em 1986 e, atualmente, atende alunos do ensino infantil ao ensino médio. Ela tem como princípio criar uma alternativa aos modelos de educação tradicionais. Assim sendo, é possível considerar a cooperativa de ensino como um empreendimento social, visto que a mesma busca mecanismos para solucionar os problemas do local em que está inserida.

Diante disso, buscou-se analisar o fenômeno pela perspectiva da ação empreendedora. Essa abordagem salienta a necessidade de ampliar o foco de estudo do sujeito para a ação (WATSON, 2013). Nessa perspectiva, muda-se a base de estudos para a interação entre os indivíduos e sociedade (GOMES et al., 2019), por meio dos seus valores e crenças (NASCIMENTO, 2018). Dessa forma, é por intermédio da ação empreendedora que os indivíduos atuam, e a partir dessa prática, é possível obter impacto social, político, econômico e cultural.

Vale dizer que a ação empreendedora pode ser entendida como um ciclo (NASCIMENTO, 2018). Em que se inicia com uma tensão institucional e gera uma necessidade de mudança na lógica institucional (SPEDALE; WATSON, 2014). Segundo Nascimento (2018), para solucionar esse problema as organizações fazem o uso da criatividade situada, que, quando concretizada, gera a inovação (DA CUNHA et al., 2009). Além disso, a liberdade e a coletividade são elementos que podem auxiliar a ação empreendedora na resolução de determinado problema.

Assim, considerando a cooperativa de ensino como um empreendimento social, apresenta-se o seguinte questionamento: as ações praticadas em uma cooperativa de ensino podem ser entendidas pela perspectiva da ação empreendedora? O objetivo geral é entender a ação desenvolvida em uma Cooperativa Educacional X pela perspectiva da ação empreendedora. Especificamente pretende-se: (1) identificar e descrever a ação desenvolvida; (2) analisar a ação pela perspectiva da ação empreendedora.

Dessa forma, o objeto de estudo é uma cooperativa de ensino do município de Viçosa, localizada na Zona da Mata Mineira. Entende-se por organizações cooperativas, ambientes que são geridos de forma democrática, em que indivíduos se associam para satisfazer seus anseios econômicos, sociais e culturais (COOP, 2019). A cooperativa tem como estrutura a assembleia geral, com a participação de todos os cooperados, o conselho administrativo, pedagógico e fiscal. Ademais, compreende o centro educacional onde está presente a direção pedagógica, os professores, os auxiliares administrativos e os alunos.

A importância social do estudo pode ser justificada por buscar entender como a ação empreendedora pode resolver problemas sociais, como por exemplos as demandas da

educação. Ademais, a justificativa acadêmica consiste em contribuir com a discussão da ação empreendedora social, visto que a mesma consiste em uma nova perspectiva de estudo em relação ao empreendedorismo, que ainda precisa ser mais explorada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois procura entender dada realidade social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Ação Empreendedora

É possível compreender o empreendedorismo como um processo de incertezas que busca a modificação de determinada estrutura, proporcionando lucro ou bem-estar social (LACERDA, 2019). Nesse sentido, empreendedorismo não se restringe a criação de empresas, ele pode ser entendido como algo que ocorre a partir da ação (BORGES, 2018).

A ação empreendedora é compreendida como a “materialização do empreendedorismo” (NORONHA et al., 2014). Ademais, é uma ação que vislumbra determinados objetivos como econômicos e sociais (LACERDA, 2019). Para Silva, Valadares e Andrade (2016), a ação empreendedora envolve o modo de executar determinada atividade empreendedora, obtendo resultados palpáveis.

O estudo da ação empreendedora tem como base a investigação dos indivíduos, organização e sociedade, de modo a não sobressair em uma das visões (NASCIMENTO, 2018). Ademais, a ação empreendedora é originada pelo cruzamento das tensões institucionais com a orientação de vida de cada pessoa, entendendo que esses mecanismos são diretamente influenciados pelo contexto social (SPEDALE; WATSON, 2014). Segundo Nascimento (2018), essa realidade pode ser transformada de acordo com o contexto.

A ação empreendedora também pode ser entendida como cíclica (NASCIMENTO, 2018; LACERDA, 2019). Sendo assim, a primeira fase é a existência de uma **TENSÃO INSTITUCIONAL**, na qual entende-se que esse processo é a ruptura de determinados valores presentes na instituição (SPEDALE; WATSON, 2014). Essa tensão ocorre mediante a necessidade de ruptura na lógica organizacional (SPEDALE; WATSON, 2014).

De acordo com Hisrich (2009), existem alguns mecanismos de demanda por ruptura na lógica institucional, sendo eles: clientes, associações de classe e equipe administrativa. A **LÓGICA INSTITUCIONAL** consiste em determinados valores e

crenças da organização (THORNTON; OCASIO, 1999). Com o objetivo de solucionar essas novas demandas por rupturas, os indivíduos fazem uso de suas orientações de vida, as quais são entendidas como um conjunto de valores e crenças pessoais, capazes de nortear um indivíduo em suas ações (SPEDALE; WATSON, 2014; WATSON, 2013).

A ação empreendedora é influenciada pela criatividade (DA CUNHA et al., 2009). A criatividade emerge a partir da **CRIATIVIDADE** situada, ou seja, surge de maneira dinâmica por meio da interação de indivíduos (POTTS et al., 2008). Isso ocorre quando determinado hábito da organização não supri mais as necessidades da mesma, sendo necessária uma ação pontual para a criação de algo novo (POTTS et al., 2008).

Segundo Cunha et al. (2009), o uso da criatividade pode gerar uma **INOVAÇÃO**, incremental ou radical (GOMES; LIMA; CAPELLE, 2013). Sendo a primeira compreendida como um processo que busca o aperfeiçoamento de um produto ou serviço, e a segunda como a criação de um novo produto, processo ou maneira organizacional completamente nova (LEMOS, 2009).

Portanto, estudar a ação empreendedora por essa perspectiva permite a mudança do foco dos estudos do sujeito para o indivíduo e a sociedade, acarretando uma visão mais ampla do assunto (WATSON, 2013). Além disso, a ação empreendedora é capaz de gerar mudanças favoráveis aos aspectos sociais, econômicos e organizacionais, o que pode proporcionar desenvolvimento social e econômico (SILVA; VALADARES; ANDRADE, 2016).

Nesse sentido, buscou-se entender o empreendedorismo social, através de uma cooperativa, tendo como objeto de análise a ação empreendedora, a fim de buscar entender a organização como um todo. Diante disso, na próxima seção será abordada a ação empreendedora e a cooperativa, foco deste estudo.

2.2. A Ação Empreendedora e a Cooperativa

Entender a ação empreendedora é ampliar a perspectiva de estudo sobre o empreendedorismo, é ir além de um processo individual e compreender a ação enquanto um fenômeno presente em um contexto da sociedade (WATSON, 2013). Dessa forma, é importante entender a influência dos diversos indivíduos em uma organização, bem como o ambiente organizacional (NASCIMENTO, 2018).

Ressalta-se que a partir da tensão na lógica institucional, é possível observar as necessidades de mudanças dentro de uma organização (SPEDALE; WATSON, 2014). Atualmente, entende-se que a ação empreendedora pode proporcionar impacto social, político, econômico e cultural (BOAVA; MACEDO, 2009). Ademais, a ação empreendedora pode ser privada ou social.

Quando se trata da ação empreendedora social, seu principal objetivo é gerar impacto social (LACERDA, 2019; PAIVA JUNIOR, 2004). Diante disso, as cooperativas podem ser analisadas a partir da perspectiva das ações empreendedoras, pois o impacto social é a premissa básica para a existência de uma cooperativa (ILHA, 2008). Nesse sentido, ao estudar cooperativas devemos entender seus princípios básicos. Ao todo existem sete princípios (ALMEIDA, 2013), dos quais iremos destacar dois: liberdade e interação social.

Em explicação, a liberdade dentro de uma ação empreendedora é fundamental, pois possibilita aos indivíduos a autonomia para criar (FERREIRA, 2018). Esse é um elemento intrínseco para aqueles indivíduos que pretendem fazer parte da cooperativa, ou seja, essas organizações são da sociedade civil, com pessoas que almejam de alguma forma a liberdade de decisão dentro da instituição (MELO NETO; FRÓES, 2001).

Já o conceito de interação social refere-se ao aspecto da coletividade, que pode ser caracterizado como um ponto fundamental para atingir o bem-estar social (LACERDA, 2019). Dessa forma, a cooperação bem como o acesso às informações e o espírito de coletividade são elementos que influenciam a ação empreendedora (NASCIMENTO, 2018). Isso ocorre porque a criatividade surge da conexão de inúmeros autores, que se unem para a resolução de uma tensão (POTTS et al., 2008). Cabe dizer que a coletividade é um dos principais elementos presentes em uma cooperativa, visto que essas organizações são pautadas pelo trabalho em equipe e colaboração (MELO NETO; FRÓES, 2001).

Portanto, entende-se que os elementos presentes em uma cooperativa são facilitadores para que a ação possa ser entendida pela perspectiva de ação empreendedora. Nesse sentido, a **INTERAÇÃO SOCIAL** é um mecanismo que facilita a criatividade, devido ao ambiente de cooperação existente (GOMES; PAIVA JÚNIOR; FILHO, 2018). Esses ambientes são pautados por um grau de horizontalidade na tomada de decisão e estão imersos nas questões democráticas (JUNQUEIRA; TREZ, 2005).

Em síntese, a interação social como um mecanismo de diálogo permite a criatividade na resolução dos problemas.

Outro elemento intrínseco para entender a ação empreendedora é a **LIBERDADE**. Em explicação, ela possibilita aos indivíduos a autonomia para criar (FERREIRA, 2018).

Nesse sentido, o grau de liberdade para criar pode ser decisivo para a ocorrência da criatividade. Vale ressaltar que a liberdade é um elemento fundamental para aqueles que são cooperados.

O fim desse ciclo apresenta os benefícios que a ação empreendedora social acarreta para a sociedade (PAIVA JÚNIOR, 2004). Esses benefícios são entendidos teoricamente, a partir do **RESULTADO SOCIAL**, que visa compreender o impacto social causado (BOAVA; MACEDO, 2009). Esse resultado pode ser compreendido como a atividade fim da existência da cooperativa, a criação de valor social e a missão social, presentes nas diretrizes cooperativas (MEIRA, 2013).

Quando a ação é institucionalizada, ou seja, é previsível todas as ações realizadas, ela é compreendida como ação administrativa, ao passo que surgem novos problemas devido a organicidade da própria sociedade, dá-se início a um novo ciclo (NASCIMENTO, 2018).

Desse modo, a presença de diálogo, cooperação, democracia, autonomia e liberdade nas cooperativas podem ser ferramentas importantes para solucionar tensões por meio da ação empreendedora. Diante disso, compreende-se que as cooperativas são ambientes propícios para a criatividade e, conseqüentemente, para a inovação, resultando em melhorias de diversos setores da comunidade, por meio da ação entendida como empreendedora. Portanto, as cooperativas podem ser uma alternativa para a resolução de alguns gargalos, como aqueles presentes no sistema educacional.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem utilizada é qualitativa, visto que possui o propósito de compreender as relações sociais por intermédio de dados que não podem ser quantificados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A pesquisa caracteriza-se como interpretativista, cujo objetivo é interpretar dada realidade com o propósito de entender o comportamento humano (STAKE, 2016). Quanto aos procedimentos trata-se de uma pesquisa de campo, pois tem como

objetivo identificar práticas empreendedoras na Cooperativa X e como a mesma influencia na vida dos indivíduos e proporciona impacto para a sociedade (GIL, 2008).

Foi realizado um levantamento bibliográfico referente ao tema do trabalho. Segundo Gil (2008), é um levantamento literário preliminar, que tem a finalidade de habituar o pesquisador com o assunto a ser estudado. Em seguida, foi escolhido o caso da cooperativa localizada na Zona da Mata Mineira, no qual o critério utilizado para a escolha foi por conveniência. A partir da seleção da escola foram realizadas três entrevistas com as diretoras pedagógicas e com a presidente da cooperativa, visto que as mesmas possuíam maior conhecimento das atividades exercidas pelo colégio.

Para a coleta de dados, realizou-se uma primeira entrevista com um roteiro semiestruturado baseado nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024. Vale ressaltar que as entrevistas semiestruturadas são compostas por perguntas previamente estabelecidas, com um certo grau de flexibilidade para novas perguntas, com a intensão de aprofundar o entendimento do entrevistador (LAVILLE; DIONNE, 2008).

A primeira entrevista foi feita com a diretora pedagógica, o roteiro foi composto por 16 perguntas, tendo como base as metas 4,13, 16, 18 do PNE.

Em um segundo momento foram realizadas duas entrevistas em profundidade com a diretora pedagógica e a presidente da cooperativa. Após essas duas entrevistas foi realizada uma entrevista complementar, para aprimorar as análises dos resultados. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Em seguida, foi realizada uma análise documental, com o objetivo de amplificar a realidade vivenciada (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Para analisar os dados coletados utilizou-se a análise de conteúdo e a documental. A primeira referente a análise da comunicação e a segunda aos documentos, possibilitaram a reinterpretação da mensagem (BARDIN, 2011).

As categorias da análise foram baseadas na teoria da ação empreendedora, quais sejam: *Tensão institucional* que ocorre quando se observa a necessidade de mudanças nas lógicas institucionais (SPEDALE; WATSON, 2014); *Lógica institucional* consistem em valores e crenças que orienta a ação (SPEDALE; WATSON, 2014); *Criatividade Processo*, a qual é pontual para a resolução de um problema (NASCIMENTO, 2018); *Inovação* abordando o processo de criatividade propicia a inovação (CUNHA et al., 2009); *Liberdade* sendo

fundamental para que ocorra a ação empreendedora, isso possibilita aos indivíduos a autonomia para criar (FERREIRA, 2018); *Resultado social* cuja ação empreendedora pode ser entendida como as suas consequências para a sociedade (BERLIM et al., 2006) e, por fim, a *Interação social* para que a ação empreendedora ocorra é preciso observar a interação social (LACERDA, 2019).

As categorias analisadas podem ser compreendidas como um ciclo, sendo esse, observado a partir do seguinte esquema (figura 1):

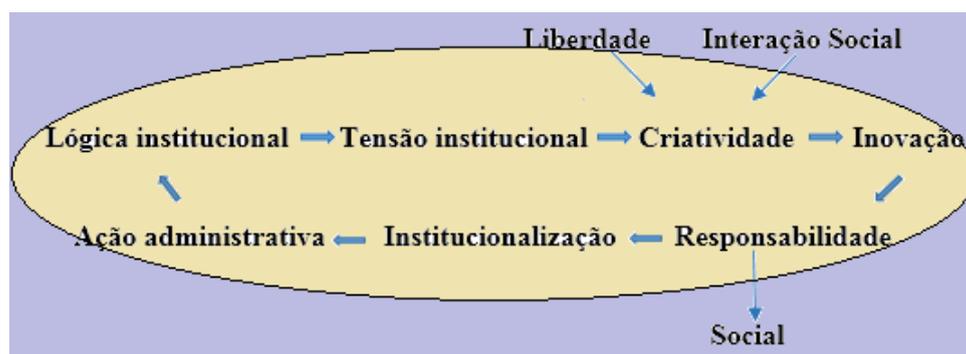


Figura 1. Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos autores citados (2020).

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

4.1 Ação Empreendedora Identificada: Sistema Bilíngue

O sistema bilíngue refere-se a um método de aprendizagem de inglês. Em um primeiro momento, o estudo da língua era feito por meio do nivelamento, em que cada aluno teria aulas de inglês de acordo com o seu nível de conhecimento sobre a língua. No entanto, observou-se uma nova demanda local com relação ao ensino do inglês, visto que muitos alunos tinham contato com o exterior. Nesse contexto, foi implementado um novo sistema de ensino, que tem como principal objetivo a maior inserção do inglês no cotidiano dos alunos, através da inserção de mais aulas e interdisciplinaridade do inglês. Vale ressaltar que a interação entre disciplinas, de acordo com Silva e Bueno (2014), permite maior absorção e utilização prática do conteúdo. Outro ponto a ser destacado, é que a partir dessa nova realidade o aluno terá novas possibilidades para se desenvolver em outras áreas, como a autoconfiança, autonomia e aceitação de diferentes culturas, abrindo portas para novos conhecimentos (STRECHT, 1998).

No Brasil, o ensino da língua estrangeira foi considerado compulsório a partir da Lei das Diretrizes Básicas de 1996, sendo direito de todos e dever do Estado, no entanto, apesar do

grau de importância, o ensino da língua estrangeira tem sido menosprezado por inúmeras instituições (SANTOS, 2011). Para suprir esses gargalos, o PNE surge como uma estratégia de melhoria do ensino, dentre essas estratégias, a meta de número sete visa a resolução de problemas de forma inovadora, para garantir um ensino de qualidade em todas as áreas de ensino. Nessa perspectiva, o sistema bilíngue foi criado como uma tentativa de suprir, de forma inovadora, esses problemas.

Diante disso, o sistema bilíngue foi implementado pela organização em 2019. Foi necessário um estudo sobre a viabilidade desse projeto, no qual a cooperativa contou com pais, equipe pedagógica, professores, conselho-administrativo e com a editora do material que foi utilizado. Com o intuito de viabilizar a nova proposta, foi necessário readaptar a estrutura do colégio, os recursos tecnológicos e o corpo docente.

O sistema bilíngue surge a partir de uma necessidade de mudança das estruturas vigentes, visto que foi relatada uma grande necessidade da língua inglesa por parte dos alunos, seja por oportunidades de experiência fora do país ou pelo consumo de conteúdo estrangeiro:

Porque é uma necessidade do local em que nós estamos, da clientela que recebemos (entrevistada 1).

Diante dessa demanda por mudanças, foi possível observar uma tensão institucional. A **TENSÃO NA LÓGICA INSTITUCIONAL** ocorre quando os indivíduos encontram a necessidade de modificação de determinada estrutura vigente (FERREIRA, 2018). Nesse sentido, a ação veio como resposta às novas demandas da organização, pela criação de um novo método de ensino da língua, que fosse mais eficiente em atender as demandas do público daquela instituição.

Para solucionar as tensões na lógica institucional, indivíduos utilizam de suas orientações de vida que, em conjunto, determina os valores e crenças pessoais, capazes de nortear um indivíduo em suas ações (SPEDALE; WATSON, 2014; WATSON, 2013). Essa interação de diversos valores e crenças podem ser observados na prática, a medida que a instituição buscava a resolução do problema de forma conjunta, como pode ser observado nas falas:

Fizemos reuniões com os pais e a divulgação com as mídias sociais e as reuniões na escola (entrevistada 2).

[...] a formação dos professores, que a gente tá fazendo formação continuada junto com o grupo que implementa (entrevistada 1).

[...]fizemos um questionário para aplicar com os alunos para ver o que eles falam da escola... e disponibilizamos os questionários dos alunos a empresa que aplicou para que eles pudessem. E para os pais nós encaminhamos por WhatsApp (entrevistada 2).

A partir dos valores e crenças de cada indivíduo, a instituição usou da criatividade situada para solucionar a tensão. Assim, a **CRIATIVIDADE** situada emerge como um mecanismo para a resolução de determinada situação (BORTOLUCI, 2014). Esse processo visa solucionar uma tensão institucional (NASCIMENTO, 2018). Diante disso, entende-se que a criatividade por meio de reuniões e formações complementares dos professores, surge de maneira situada por meio da conexão de inúmeros autores (POTTS et al., 2008).

Essa conexão de inúmeros atores pode ser entendida como interação social. Em explicação, **INTERAÇÃO SOCIAL** é um mecanismo que facilita a criatividade, devido ao ambiente de cooperação existente (GOMES et al., 2019). Em organizações cooperativas a tomada de decisão é pautada pela horizontalidade e pela democracia (JUNQUEIRA; TREZ, 2005). Essas características podem ser analisadas a partir dos seguintes documentos:

Educar possui um significado muito amplo porque envolve descoberta, participação e criação, que demanda a interação entre o professor, o aluno, o objeto do conhecimento e o mundo no qual estamos inseridos (doc. 3).

Segundo Buber, o processo educativo deve privilegiar a conversa e a cooperação (doc. 3).

Favorecemos e incentivamos a participação efetiva das famílias no processo educacional. Essa rede cooperativa de troca de experiências enriquece as relações e torna o conhecimento mais autêntico e recíproco (doc. 1).

Promover o espírito da interação e de cooperação para promoção do crescimento coletivo (doc. 2).

[...] e a gente sentiu a necessidade de ampliar isso (avaliação do colégio), pra realmente ter a opinião dos aluno, dos pais... (entrevistada 2).

A criatividade também é facilitada pela liberdade para criar em uma instituição (FERREIRA, 2018), pois ela surge de um conjunto de opiniões (POTTS et al., 2008). Segundo Melo Neto e Fróes (2001), cooperativas são organizações com indivíduos que querem exercer liberdade. A liberdade presente na cooperativa pode ser observada nas falas:

[...] a proposta é da disciplina, de tudo isso, mas que ela venha através do grupo e não que ela venha só do comando do aluno, mas da criação de todos os atores envolvidos (entrevistada 1).

[...] Qual é o problema seríssimo, o problema dela é que as vezes esse não é o tempo dela, ela tá em um tempo ela quer viver outras coisas (entrevistada 1).

Educação inspirada nos princípios cooperativos de democracia, igualdade, equidade (doc. 1).

Portanto, é possível compreender que para facilitar a existência de criatividade, é preciso que as organizações sejam pautadas por condições de liberdade. Isso é observado pelo grau de liberdade que os alunos possuem na instituição, o que torna os ambientes mais criativos.

A criatividade proporcionada pela liberdade e interação social é impactada pela **INOVAÇÃO**. A inovação pode ser incremental ou radical, a primeira é compreendida como um processo que busca o aperfeiçoamento de um produto ou serviço, e a segunda entendida como a criação de um novo produto, processo ou maneira organizacional (LEMOS, 2009). No colégio, essa prática ocorreu de forma incremental, como observado nas falas: Já trabalhamos com um material didático muito bom e a própria editora já possuía um material que nos atende nesse programa (entrevistada 2).

Que não seja só a inovação do novo, mas sim da inovação dentro da nossa própria proposta pedagógica (entrevistada 1).

A partir das falas, observa-se que ocorreu uma readaptação da proposta pedagógica para solucionar um problema, assim sendo, entende-se esse mecanismo como uma inovação incremental, pois buscava melhorar o que já existia na escola.

Esse conjunto de atitudes proporcionou resultados sociais, pois atendeu aos anseios da comunidade cooperativa e proporcionou integração cultural e acesso ao conhecimento. Em síntese, o resultado social busca atender aos anseios da sociedade (LACERDA, 2019). Esses elementos podem ser entendidos como a consequência de uma ação empreendedora social (MACEDO; BOAVA, 2008). Pode-se observar que esses elementos estão presentes em uma cooperativa a partir da seguinte análise dos documentos e falas:

Compartilhar e integrar valores sociais, culturais e políticos com ética e cidadania (doc. 2).

Responsabilidade social (doc. 2).

[...] Então são essas inserções (na sociedade), são pequenas ainda infelizmente, mas que pra gente é importante, exemplo a páscoa solidária (entrevistada 1).

Os resultados sociais podem ser observados à medida que as necessidades sociais são supridas. Para Hjorth (2013), a mudança social deve ser capaz de gerar novas possibilidades ao cidadão. A partir do momento em que a instituição cria um novo sistema de ensino, capaz de superar anseios, é possível abrir novas possibilidades de vida a partir de uma nova língua. Isso pode ser observado, à medida que a escola busca uma nova alternativa de ensino para a comunidade, como mostra a seguinte fala:

[...] Só que a gente traz uma proposta diferenciada pro nosso aluno, pra nossa família ... porque as outras escolas tem praticamente o mesmo sistema que é uma metodologia muito mais tradicional (entrevistada 1).

Diante disso, podemos entender que o sistema de ensino proporcionou resultado social, à medida que buscou solucionar demandas da própria sociedade e criar novas possibilidades, através de um ensino alternativo e com propostas pedagógicas diferentes das encontradas, ou seja, o resultado social emerge através da superação de anseios encontrados pela comunidade, nessa situação, o anseio por um ensino menos tradicional.

O ciclo apresentado, a partir da análise do sistema bilíngue, demonstra como ocorreu a implementação da ação empreendedora na escola, bem como apresenta em que medida as cooperativas auxiliam na construção de uma ação empreendedora social.

A partir disso, entende-se que a ação observada pode ser entendida como empreendedora, pois a mesma ocorreu pela interação de atores. Essa ação foi capaz de gerar resultado social porque atendeu a uma demanda da sociedade, capaz de transformar o indivíduo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Por meio dessa pesquisa buscou-se entender de que maneira as cooperativas geram resultado social. Esse resultado foi estudado a luz da ação empreendedora, onde foi analisada uma ação pontual a partir de sete categorias presentes no ciclo da ação empreendedora em cooperativas, quais sejam: *tensão institucional, logica institucional, criatividade, inovação, liberdade, interação social e responsabilidade social*.

Foi possível compreender que a organização passava por uma tensão, a qual foi causada por uma demanda de modificação do sistema. Como solução, os indivíduos fizeram uso de seus valores, gerando uma solução para o problema, por meio da inovação. No caso estudado, a solução encontrada foi um novo sistema de ensino do inglês.

Os elementos liberdade e interação social, presentes na cooperativa, foram fundamentais

para a construção de uma ação empreendedora, pois esses elementos garantiram maior participação da comunidade. Portanto, a liberdade e a coletividade são elementos importantes tanto na ação empreendedora quanto na cooperativa.

Como contribuição teórica, o estudo permitiu compreender o empreendedorismo em uma cooperativa a partir da ação empreendedora. Além disso, constatou-se que o estudo de cooperativas a partir da teoria da ação empreendedora social é pouco difundido.

Sob um viés social, a pesquisa possibilitou entender a resolução de problemas em uma cooperativa e, como esses mecanismos de coletividade e horizontalidade podem espelhar outras organizações para a resolução dos anseios existentes na educação.

Como agenda de pesquisa, sugere-se o estudo do empreendedorismo sob um viés da ação empreendedora social. Essa sugestão torna-se pertinente à medida que haviam poucos estudos sobre a ação empreendedora em ambientes organizacionais específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[Coop], I. C. A. (2019). *Cooperative Principles*.

ALMEIDA, Paula Carla Alves de. **A Cooperativa enquanto espaço do Empreendedorismo Social: o caso específico da Cooperativa dos Pedreiros**. 2013. Tese de Doutorado.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Edições 70. **Lisboa. Portugal**, 2011.

BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felicio. Esboço para uma teoria tridimensional do empreendedorismo. **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO– EnANPAD**, v. 33, 2009.

Borges, D. A. H.. Muito mais que uma política: ações empreendedoras no esporte de Lavras/MG. P. 101, *Dissertação (Mestrado Em Administração)*, Universidade Federal de Lavras, 2018.

BORTOLUCI, José Henrique. Razão prática, performatividade e criatividade situada: tensão e complementaridade entre três paradigmas da ação. **Política & Trabalho**, n. 40, 2014.

FERREIRA, Milena; ANDRADE, Daniela Meirelles; NASCIMENTO, Priscilla Oliveira. Ações empreendedoras: um estudo na secretaria de educação de um município sul mineiro. **CASI**. [s.1], 7 dez, 2018.

DA CUNHA, Sieglinde Kindl et al. O sistema nacional de inovação e a ação empreendedora no Brasil. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da Unisinos**, v. 6, n. 2, p. 120-137, 2009.

DA SILVA ILHA, Paulo César. A cooperativa como elemento de capital social da comunidade. **Revista da FAE**, v. 11, n. 2, 2008.

DE MOURA GOMES, Jardiel; DE PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes; XAVIER FILHO, Jose Lindenberg Julião. A ação empreendedora de produtores de jogos independentes inspirada no effectuation. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 8, n. 2, p. 272-291, 2019.

DE NORONHA, Nayara Silva et al. Estratégias de incubação para minimizar as incertezas da ação empreendedora. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 8, n. 3, p. 86-100, 2014.

FEGER, José Elmar et al. Empreendedores sociais e privados: reflexões sobre suas características comportamentais. **Revista Gestão Organizacional**, v. 1, n. 2, p. 102-118, 2008.

GAIOTTO, Sergio Augusto Vallim. Empreendedorismo Social: um estudo bibliométrico sobre a produção nacional e internacional. **REGPE-Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 5, n. 2, p. 101-123, 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa, Universidade Aberta do Brasil–UAB. **UFRGS, Porto Alegre: Editora da UFRGS**, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOMES, Almiralva Ferraz; DE LIMA, Juvêncio Braga; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Do empreendedorismo à noção de ações empreendedoras: reflexões teóricas. **Revista Alcance**, v. 20, n. 2, p. 203-220, 2013.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHER, Dean A. **Empreendedorismo**. Tradução Teresa Felix de Souza. 2009.

HJORTH, Daniel. Public entrepreneurship: Desiring social change, creating sociality. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 25, n. 1-2, p. 34-51, 2013.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; TREZ, Alberto Paschoal. Capital social e a sobrevivência das cooperativas de trabalho. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 381-399, 2005.

LACERDA, Gilson David; ANDRADE, Daniela Meirelles. Ação empreendedora no setor público: a criação do setor pós compra em uma universidade pública no sul de Minas Gerais. **EGEP**, 2019.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. 1º ed. *Porto Alegre: Artmed*, 2008.

LEMOS, Cristina. Inovação na era do conhecimento. **Parcerias estratégicas**, v. 5, n. 8, p. 157-180, 2009.

MACEDO, Fernanda Maria Felício; BOAVA, Diego Luiz Teixeira. Dimensões epistemológicas da pesquisa em empreendedorismo. **XXXII Encontro ANPAD. Rio de Janeiro/RJ**, p. 06-10, 2008.

MACHADO, Hilka Pelizza Vier; NASSIF, Vânia Maria Jorge. Réplica-Empreendedores: reflexões sobre concepções históricas e contemporâneas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 6, p. 892-899, 2014.

MEIRA, Deolinda Maria Moreira Aparício. A Lei de Bases da Economia Social Portuguesa: do projeto ao texto final. **Revista jurídica de economía social y cooperativa**, p. 21-52, 2013.

MELO Neto, Francisco Paulo de; FROÉS, César. Gestão da responsabilidade social: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: 2. Ed. Qualitymark, 2001.

NASCIMENTO, Priscilla Oliveira. A ação empreendedora na gestão pública escola. **SEMEAD**, 2018.

PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de. O empreendedorismo na ação de empreender: uma análise sob o enfoque da fenomenologia sociológica de Alfred Schütz. *Tese (Doutorado Em Administração)*, 2004.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.1, n. 1, p. 1–15, 2009.